



MULHERES NA AMÉRICA LATINA: O PERFIL DAS PRESIDENTES LATINO-AMERICANAS¹

Maria Luiza Barros da Paz²
luizabarro16@hotmail.com

Nayanna Sabiá Moura³
nayanna.moura@estacio.br

RESUMO

Qual o perfil de representação política das mulheres que se tornaram presidentes na América Latina? Este artigo busca mapear os perfis das mulheres que ocuparam a presidência em países da América Latina, de modo a explorar como a inserção feminina representou um papel de importância para a política, não só na política doméstica como na política externa. Com investigação em documentos oficiais e bibliografia especializada sobre o feminismo, realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, buscando identificar, em doze mulheres presidentes da região, elementos importantes para a construção desse perfil, a saber: país; tempo de mandato; idade; etnia; partido político; grau de escolaridade; além da verificação de conclusão do mandato, realização de política de gênero e ocupação de cargos eletivos anteriormente. Os principais achados dizem respeito à etnia e à escolaridade, uma vez que o perfil é prioritariamente conformado por mulheres brancas com ensino superior completo. Outro elemento importante diz respeito à baixa implementação de políticas de gênero. Dessa forma, buscou-se contribuir para a análise regional sobre a participação política das mulheres.

Palavras-chave: Feminismo; Representação Política; Poder Executivo; América Latina.

ABSTRACT

What is the profile of the political women representation that have become presidents in Latin America? The article intends to map out the profile of the women who have reached for the presidency in Latin America, in order to explore how female insertion played an important role in politics, not only in the national policy but also in foreign policy. Based on official documents and specialized bibliography about feminism, we conducted an exploratory and descriptive research seeking to identify the profile of the twelve women presidents in the region by classifying: country; term of office; age; ethnic group; political party; education level, in addition to verifying the conclusion of the mandate, carrying out a gender policy and occupying previously elected positions. The main findings are related to ethnicity and education, because the profile is a priority made up of white women with higher education. Another important element concerns to the low implementation of gender policies. Thus, we sought to contribute to the regional analysis of women's political participation.

Keywords: Feminism; Political Representation; Executive; Latin America.

¹ Este artigo corresponde à pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da autora.

² Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Estácio do Recife.

³ Mestre em em Relações Internacionais. Professora Centro Universitário Estácio do Recife. Orientadora da pesquisa.



INTRODUÇÃO

Qual o perfil de representação política das mulheres que se tornaram presidentes na América Latina⁴? Até a década 1970, não havia mulheres ocupando a presidência da República. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua e Panamá foram os países da região que tiveram mulheres como Chefe de Estado e Governo. Ao total, foram doze mulheres, sendo oito eleitas por eleições direta e três assumindo interinamente o cargo. Neste sentido, esta pesquisa almeja mapear esse perfil presidencial.

O estudo das Relações Internacionais tem sido tradicionalmente feito com foco nas relações entre os Estados. Contudo, as dimensões sociais, que extrapolam a fronteira nacional, ampliaram a agenda de estudo, no Pós-Guerra Fria As trocas e o grau de dependência foram ampliados, de modo que a sociedade passou a ser entendida como um ator, com capacidade de agência e de transformação política. Neste sentido, o(s) feminismo(s), enquanto movimento político e teórico, almejam romper com o paradigma estadocêntrico para considerar os indivíduos como elemento de análise, principalmente aqueles que vivenciam socialmente uma relação de subordinação (TRUE, 2005).

Essas abordagens passaram a analisar a evolução do lugar da mulher nas relações internacionais. Os papéis de âmbito privado, de cuidado com a família, reprodução e educação, que historicamente couberam às mulheres, invisibilizam, marginalizam e silenciam seu poder de influenciar a política internacional. Dessa forma, todo esse processo de exclusão das mulheres fortaleceu as perspectivas masculinizadas, que ocuparam os espaços políticos e institucionais de modo hegemônico. No entanto, a inserção das mulheres em âmbito público provocou diversas transformações sociais tanto em nível doméstico quanto internacional. Em especial, a partir da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1945, fica clara a importância da igualdade de gênero. Isso refletiu no crescimento político das mulheres, pois aos poucos elas começaram a ter maior representação⁵ na sociedade internacional (TICKNER, 1992, p. 4-5).

Enquanto corrente teórica da área de Relações Internacionais, o feminismo começa a ter notoriedade a partir dos anos 1970, emanando de outras áreas do conhecimento, tais como Antropologia, Sociologia e Ciência Política (HALLIDAY, 1999, p. 161). As primeiras abordagens feministas nas Relações Internacionais começam a surgir a partir da crítica ao *mainstream teórico*, que é marcado por um viés masculino (ELSHTAIN, 1987; COHN, 1987; ENLOE, 1989). Em síntese, Tickner (1992, p.12) afirma que a principal preocupação da teoria feminista é “explicar a subordinação das mulheres [...] e procurar caminhos para sanar a subordinação”. Vale ressaltar que o surgimento desses questionamentos se deu pelo engajamento das mulheres no meio acadêmico, social e político. Dessa forma, as abordagens

⁴ O conceito de América Latina corresponde, na atualidade a uma região que abarca Segundo Araújo (2006), mais de 700 milhões de habitantes e envolve ao todo, 12 países da América do Sul, 7 América Central e 14 do Caribe, ou seja, os países que estão abaixo do Rio Grande – rio que separa México dos EUA. Sua superfície total é de 21.000 quilômetros quadrados tendo como idiomas principais o português, o Espanhol, o inglês e diversas línguas indígenas (SOUZA, 2011, p. 30-31).

⁵ A ideia clássica de representação política é insita à participação popular no governo, por intermédio de representantes eleitos, por meio do sufrágio universal. Representação, assim, está atrelada à ideia de democracia, de governo do povo (MELO; SOARES; REIS, 2008, p. 9).



feministas, nas Relações Internacionais, começam a interpretar o papel das mulheres na política internacional.

Com o auxílio das abordagens feministas das Relações internacionais, almeja-se, neste artigo, contribuir na reflexão sobre a representação das mulheres na política nacional e internacional, principalmente na América Latina. Dito isto, com investigação nos documentos oficiais e na bibliografia especializada sobre o feminismo, realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, buscando identificar, em doze mulheres presidentes da região, elementos importantes para a construção desse perfil, a saber: país; tempo de mandato; idade; etnia; partido político; grau de escolaridade; além da verificação de conclusão do mandato, promoção de política de gênero e ocupação de cargos eletivos anteriormente. Por meio deste mapeado, tornou-se possível inferir que há um padrão no perfil de representação política das mulheres que se tornaram presidentes na América Latina.

1. MULHERES NA POLÍTICA INTERNACIONAL

O percurso que a mulher teve de traçar para ampliar a sua participação na política foi marcado por enfrentamentos. Autoras como Ann Tickner (1992) começaram a questionar por que a mulher não tem um papel de destaque na política internacional. Em sua obra *Gender in International Relations* (TICKNER, 1992), que é uma produção seminal para a área, surgem diversos questionamentos sobre o fato de a dinâmica do sistema internacional ter sido historicamente voltada para os homens. As mulheres não estavam sendo inseridas na política internacional, principalmente no que diz respeito às instituições mais tradicionais, como as Forças Armadas, a burocracia estatal, a diplomacia, com Chefes de Estado e de Governo (WHITWORTH, 1994).

Ann Tickner (1992, p. 7) descreve que as mulheres são um grupo minoritário na política internacional, mas também em meios acadêmicos. A partir dessa visão, é necessário buscar alternativas para que as mulheres comecem a ter mais visibilidade e notoriedade. Apesar de as mulheres estarem ganhando força na política internacional, quantitativamente ainda representam um número relativamente pequeno. Para Tickner (1992, p. 6), essa conjuntura decorre do fato de as experiências femininas não serem inseridas em decisões políticas (TICKER, 1992, p. 4- 5).

O(s) Feminismo(s), enquanto movimento social, têm como marco normativo significativo a *Declaração do Direito da Mulher e da Cidadã*, proposição vanguardistas para o seu tempo. A declaração foi levada ao congresso francês para ampliar a proposta da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*⁶, com a inclusão dos direitos das mulheres, mas não foi aprovada (ASSMANN, 2007, p. 1). Apesar de não ter sido considerada, a Declaração apresentou a igualdade de gênero, em um contexto pós Revolução Francesa, com o intuito de reafirmar o papel da mulher naquela época, eliminando sua condição social de inferioridade (ASSMANN, 2007).

Nas relações internacionais, o movimento social e político de mulheres começou a ter notoriedade a partir do início da década de XX, com o movimento sufragista. Posteriormente, a busca por romper padrões, que estabeleceram um modelo de mulher a ser seguido, impulsionou a conquista dos direitos reprodutivos, a partir da década de 1970.

⁶ Texto importante para o liberalismo, que influenciou o desenvolvimento da primeira constituição francesa, após o declínio do governo absolutista e ascensão da Revolução Francesa. O texto influenciou a *Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU* (ASSMANN, 2007, p. 1).



Hodiernamente, as pautas se ampliaram para um debate mais profundo sobre gênero, incluindo todas as classes sociais e orientações sexuais (MARTINS, 2015, p. 232-239; RABAY, CARVALHO, 2011, p. 86).

Do ponto de vista político, Enloe (2000) reflete sobre a participação da mulher em meios masculinizados, problematizando a quantidade de representantes em cargos políticos e a instrumentalização empírica de políticas públicas feministas. A luta para o aumento da representação da mulher na política internacional foi incentivada pelas organizações internacionais, especialmente a ONU, com o objetivo de diminuir as desigualdades do cenário político atual (PAXTON; HUGHES; GREEN, 2006, p. 902). Hillary Clinton pode ser considerada uma personalidade marcante desse contexto de enfrentamentos. Em 1995, na conferência de Pequim, tornou-se célebre pelo seu discurso, que pontuou a necessidade de ampliar o debate feminista no cenário internacional, especialmente no tocante aos direitos humanos. Ao sintetizar que “*Women’s Rights are Human Rights*”, ela faz um alerta sobre a necessidade de incluir, de modo efetivo, as medidas protetivas dos direitos humanos para o contexto social das mulheres. Além disso, enfatiza que é imprescindível que as mulheres participem da vida política, afim de garantir liberdade e democracia (CLINTON, 1995). Seu discurso simbólico auxiliou na construção de políticas públicas globais. Assim, pautas sistêmicas passam a ser regionais e, por sua vez, nacionais, gerando um processo de difusão.

Diante desses contextos de assimetria quantitativa e qualitativa em relação às mulheres, cabe explorar a presença e participação das mulheres regionalmente, na América Latina, objeto desta pesquisa.

2. A MULHER NO CONTEXTO POLÍTICO DA AMÉRICA LATINA

A representação política de mulheres, na América Latina, foi historicamente tardia. Para ilustrar esse panorama, cabe mencionar alguns eventos que influenciaram nesse processo, na busca por democracia mais representativa. Cabe mencionar que a realidade latino-americana foi influenciada por algumas conquistas internacionais. A *Declaração de Atenas*⁷, de 1992, tornou-se um marco importante, porque consagrou o conceito de *democracia partidária*, que tem como objetivo primordial a proposição de uma igualdade entre homens e mulheres no jogo político-partidária (CABANILLAS, 2013, p. 19). Nesse sentido, a América Latina passou a buscar, através do sistema de *Cotas Políticas*, uma maior representatividade das mulheres, com o objetivo de atingir a paridade numérica de candidatos aos pleitos.

A Argentina foi o primeiro país latino-americano a utilizar o *sistema de cota* (CAMINOTTI; FREIDENBERG, 2016, p. 124). Logo após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, também denominada de Conferência de Beijing⁸, em 1995, outros países latino-americanos começaram a incluí-lo em sua agenda. Entretanto, é de se notar que apesar de adotarem esse sistema na sua agenda política, a disparidade no processo eleitoral ainda é

⁷ É um documento aprovado na Cúpula Europeia “Mulheres e Poder”, realizada na cidade de Atenas, em novembro de 1992 (CABANILLAS, 2013, p. 19).

⁸ Em 1975, a ONU constituiu o ano internacional da mulher, com o intuito de discutir os avanços e que as mulheres podem alcançar, para isso, foram criadas 4 conferências para discutir o papel da mulher. 1ª Conferência México 1975 – com o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”; 2ª Conferência Copenhague 1980 – com o lema “Educação, Emprego e Saúde”; 3ª Conferência Nairóbi 1985 – com o lema “Estratégias orientadas ao futuro para o desenvolvimento da mulher até o ano 2000; 4ª Conferência Pequim 1995 – com o lema “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz. Conferências Mundiais da Mulher (ONU-MULHERES, s.a.).



grande, pois o poder ainda não é distribuído quantitativamente entre homens e mulheres de modo igualitário (PRÁ, 2013, p. 17). No relatório realizado, em 2017, pela União Interparlamentar⁹, foi identificado o aumento de mulheres dentro dos congressos latino-americanos, que passou de 12,7%, em 1995, para 28,1%, em 2017 (UNION, 2017, p. 2). De modo exemplificativo, o Brasil começou a seguir as recomendações com o intuito de aumentar progressivamente a quantidade de mulheres em meio das esferas políticas, com as cotas de 20% para candidaturas femininas (D'ALKMIN, 2006, p. 10).

A América Latina, apesar de ter um sistema, que almeja aumentar o crescimento da presença da mulher na política doméstica, não atinge uma representatividade uniforme para todos os países. No que diz respeito ao mais alto cargo político do Estado, apenas doze mulheres foram presidentes da República, demonstrando que, mesmo que haja política que incentive a inserção da mulher na política, a representação não é projetada de modo significativo para as mais altas esferas de poder.

Até década de 1970, a América Latina não havia tido nenhuma mulher para o cargo do Poder Executivo, verificando assim, que o ingresso da mulher nesse cenário ocorreu tardiamente. A primeira década dos anos 2000, foi a mais promissora. Houve um avanço considerável das mulheres como Chefes de Estado e de Governo. Especialmente, no século XXI, a região da América Latina e Caribe atingiu um patamar de notoriedade, posicionando seis mulheres no Poder Executivo de seus países. Em 2005, Portia Simpson-Miller assumiu como primeira-ministra da Jamaica. Em 2010, Kamla Persad-Bissessar tornou-se primeira-ministra de Trinidad e Tobago; e Laura Chinchilla assumiu a presidência da Costa Rica. No recorte regional do Cone Sul, o cenário também foi ampliado. Em 2006, Michelle Bachelet elegeu-se presidenta do Chile; Cristina Kirchner, em 2007, na Argentina; e, em 2010, Dilma Rousseff, no Brasil (CEPAL, 2013).

Diante desse cenário, foram exploradas algumas variáveis importantes para a construção do perfil das doze mulheres presidentes¹⁰, a saber: país em que foi presidente; tempo de duração do mandato; idade, quando assumiu o cargo; etnia; partido político; grau de escolaridade; verificação de conclusão do mandato; realização de política pública de gênero; e verificação de ocupação de cargos eletivos anteriormente, de modo a identificar se há uma trajetória política pregressa.

Assim, foram catalogados os dados das mulheres presidentes: Isabel Perón, Cristina Kirchner, Lidia Gueiler Tejada, Jeanine Áñez, Dilma Vana Rousseff, Michelle Bachelet, Laura Chinchilla, Rosalia Arteaga, Janet Rosenberg Jaga, Ertha Pascal-Trouillo, Violeta Chamorro e Mireya Moscos. Essas mulheres representam Estados politicamente importantes para projeção internacional da região. Assim, cabe explorar as suas respectivas trajetórias políticas, bem como o contexto nacional ao qual pertencem.

A Argentina foi o primeiro país da região a ter uma mulher como presidente da República. Isabel Perón assumiu o cargo, logo após a morte do seu esposo, Juan Domingo Perón. Foi vice-presidente no governo do esposo, entre 1973 e 1974, e em sua gestão presidencial, entre 1974 e 1976, seguiu o legado do movimento peronista¹¹ (ROCHA, 2011,

⁹ É uma organização Internacional vinculada à ONU, que tem como objetivo calcular os contatos multilaterais, dentro dos parlamentos. A União Interparlamentar acredita que os conflitos devem ser sanados através de arbitragem internacional é que a democracia passe a ser para todos (IPU, s.a.).

¹⁰ Optou-se apenas pelo sistema de governo presidencialista.

¹¹ Movimento do governo de Juan Carlos Perón, que se fortaleceu no seu primeiro mandato entre 1946 – 1955, com objetivos principais: intervenção estatal na esfera econômica; nacionalização da economia; substituição de



p. 6-7). Isabel, filiada ao Partido Justicialista, assumiu o governo argentino aos 43 de anos de idade, ficando no cargo por dois anos (1974-1976), porém não terminou seu governo, devido ao golpe de Estado, em 1976 (ROCHA, 2011, p. 5). Apesar de pouco tempo de mandato, Isabel ficou marcada na história política latino-americana por ser a primeira mulher presidente da região. Em seu governo, tentou estabelecer algumas políticas peronistas, em sinal de relativa continuidade à gestão do seu esposo (ROCHA, 2011, p. 53).

A Argentina é o único país da América Latina a ter duas mulheres oficialmente presidentes da República. Após 33 anos da gestão de Isabel Perón, emerge no cenário político argentino Cristina Kirchner, que foi, em 2007, eleita a primeira presidente mulher por votação direta. Em sua carreira política, foi Deputada Provincial, Deputada Nacional e Senadora Nacional, Presidente e Vice-presidente¹². É formada em Direito e, na universidade, conheceu seu esposo, Nestor Kirchner, que, anos mais tarde, também se tornou presidente da Argentina (MORTIZ, 2018, p. 4).

Antes de alcançar a presidência, Cristina ocupou outros cargos. Durante sua trajetória legislativa, o principal ponto de atuação foi na defesa de direitos humanos, estando ligada diretamente a alguns movimentos sociais como “*Las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo*”, organização de mães argentinas, cujos filhos foram sequestrados ou assinados durante a ditadura militar, entre 1976 e 1983 (SILVA; RAMOS, 2016, p. 5-6).

No seu primeiro mandato presidencial, ao definir os ministros que a ajudariam a governar, escolheu uma quantidade relativamente baixa de mulheres: dos doze ministérios, apenas três pastas foram comandadas por mulheres. Todavia, os ministérios que foram ocupados por mulheres são importantes para o governo argentino: Nilda Garré assumiu o Ministério da Defesa; Alícia Kirchner, o Ministério do Desenvolvimento Social; por fim, Graciela Ocaña, o Ministério da Saúde¹³ (MORTIZ, 2018, p. 4).

Durante a sua gestão, Cristina começou a inserir, em sua agenda, políticas públicas em prol das mulheres, especialmente, nas pautas relacionadas ao setor de defesa (SCHWETHER; PAGLIARI, 2018, p. 5-6). Nesse período, houve uma preocupação com implementação de leis direcionadas para mulher, por meio do “*Consejo de Políticas de Género y Observatorio sobre la Integración de la Mujer en las Fuerzas Armadas*”. Nessa perspectiva, a criação do conselho buscou atenuar as questões de gênero dentro das Forças Armadas. Houve também a criação de canais de denúncias sobre questões de abuso de autoridade (SCHWETHER; PAGLIARI, 2018, p. 7). Assim, o objetivo foi diminuir o número dessas ocorrências. Essa iniciativa representou um grande avanço, tendo em vista que as Forças Armadas são um ambiente masculinizado e hierarquizado, que se tornou suscetível a casos de abusos contra as mulheres.

Também houve a implementação da *Oficina de Violência Doméstica* (OVD), com o intuito de favorecer o acesso das mulheres à Justiça, no tocante da violência doméstica. Também seguindo essa linha, houve a criação da “*Ley 26.485 de Protección integral a las Mujeres*”, que teve como foco prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres (ARGENTINA, 2009). Ademais, em 2016, foi criado *Observatório de Feminicídio*, que

importações; e re-comodação da burguesia agrária e sua participação na industrialização do país (RODRÍGUEZ, 2006, p. 1).

¹² Cristina Kirchner foi eleita vice-presidente na chapa comandada por Alberto Fernández nas eleições de outubro de 2019 (CLARIN, 2019). Seu mandato teve início em janeiro de 2020, com previsão de término em 2024.

¹³ Elas permaneceram como ministras durante o segundo mandato de Cristina Kirchner, contudo, Nilda Garré foi transferida para OEA, em 2013 (MORTIZ, 2018, p. 4).



passou a registrar os assassinatos por questões de gênero dentro do país (ARGENTINA, 2018). Outra política vinculada ao seu governo foi a criação do programa *Equidade de Gênero e Igualdade de Oportunidades no Trabalho* (MORTIZ, 2018, p. 11), com o intuito de diminuir as desigualdades sociais em âmbitos trabalhistas, levando em consideração as questões de gênero. Além disso, outras políticas públicas foram desenvolvidas para beneficiar as mulheres em áreas como, saúde, segurança, trabalho e identidade de gênero. Nesse sentido, verifica-se que, no governo de Cristina Kirchner, a mulher teve um papel importante na agenda governamental.

Na Bolívia, Lidia Gueiler Tejada assumiu o cargo de presidente interinamente, em 1979, permanecendo até 1980. Foi a primeira mulher a assumir o cargo de presidente da República no país. Filada ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), começou a obter destaque no cenário político, em 1951. Junto a um grupo de mulheres do MNR, fez greve de fome durante 10 dias, como forma de protesto no Palácio da Justiça de La Paz, pela libertação de presos políticos (ARZE, 2002, p. 135-136). Lidia participou de movimentos importantes como a Revolução de 1952. Após o êxito da Revolução Boliviana, Lidia trabalhou na embaixada boliviana na Alemanha (CRESPO, 1999, p. 240). Elegeram-se deputada nacional e, em 1979, foi nomeada presidente da Câmara dos Deputados. Após a tentativa de golpe militar do general Alberto Natusch, em 1979, foi designada pela Câmara dos Deputados para presidente interina da Bolívia (CRESPO, 1999, p.118). Durante seu mandato, implementou o dia nacional da mulher. Entretanto, não conseguiu terminar seu governo de transição e, em menos de um ano no cargo, sofreu um golpe militar, em 1980, motivado pelas fortes instabilidades políticas que o país enfrentava à época.

Já no final de 2019, após a renúncia de Evo Morales, outra mulher assumiu a presidência da República. Formada em Direito, Jeanine Áñez, que era então vice-presidente do Senado, pelo partido *Movimento Democrático Social*, tornou-se presidente pela linha sucessória prevista na constituição (BOLÍVIA, 2019). Depois das denúncias de fraude nas eleições de outubro de 2019, que reelegeram Morales, assumiu a presidência de modo transitório, até a convocação de novas eleições, previstas para maio (BBC, 2020). Do ponto de vista internacional, a legitimidade de seu mandato foi problematizada, mas passou a ter o reconhecimento dos EUA, para assumir o processo de transição para o novo pleito (EUA, 2019). De igual maneira, o Brasil reconheceu seu governo (MRE, 2020). Diante do pouco tempo de gestão, não se tornou possível verificar a adoção de uma política pública direcionada ao direito das mulheres, sendo necessárias pesquisas posteriores para a análise de seu mandato (BBC, 2020).

No Brasil, Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidente da República (2011-2016). Em sua juventude, ingressou no movimento estudantil, quando frequentava o ensino médio. Ao iniciar o curso de Ciências Econômicas, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Dilma conheceu o Colina¹⁴ e passou a participar de suas atividades ativamente. Posteriormente, começou a atuar pela Vanguarda Armada Revolucionária, com o objetivo de acabar com o regime militar da época (1964-1985). Dilma foi presa e torturada na cadeia, entre 1970 e 1972, o que intensificou na sua trajetória política o discurso de resistência aos governos autocráticos. Já durante o período democrático, no governo de Lula (2002-2010), Dilma assumiu o Ministério de Minas e Energias (2003-2005) e também foi

¹⁴ Comando de Libertação Nacional foi uma organização que tinha como perfil “guerrilheiro, de caráter da revolução brasileira, a atuação frente aos movimentos operário e estudantil, a questão da vanguarda política, além da disciplina revolucionária” (LEITE, 2005, p. 2). Foi bastante ativa na ditadura militar, lutando contra o regime político instaurado na época.



Chefe da Casa Civil (2005- 2010). Em 2009, iniciou sua campanha presidencial, mesmo sem ter atuado anteriormente em cargos eletivos. Apesar disso, Dilma se tornou a primeira mulher presidente do Brasil (MORTIZ, 2018, p. 5-6).

Também foi a primeira mulher a iniciar o discurso de abertura na Assembleia Geral das Nações Unidas, demonstrando assim, a evolução e o crescimento da mulher na política (ROUSSEFF, 2011, s.p.). Em seu governo, pode-se verificar uma inserção maior da mulher na política nacional, com uma maior nomeação para os ministérios. Quase 30% de mulheres compuseram o seu ministério, a maior quantidade que o país já obteve (ASSIS, 2011, p. 73). Com políticas voltadas ao bem-estar social, surgiram programas como *Rede Cegonha*; *Brasil Carinhoso*; e *Plataforma Mais mulheres no Poder*. Em seu governo, foi aprovada a Lei 13.104/15 (BRASIL, 2015) de combate ao *feminicídio*¹⁵, em que crimes contra mulheres passaram a ter caráter hediondo. O fato de o Brasil ter um elevado índice de violência doméstica, levou ao desenvolvimento do programa *Mulher: Viver sem Violência*, no qual foram criadas casas de acolhimento para as mulheres vítimas de violência doméstica, dispondo assim, de tratamento psicológico e atendimento para as vítimas (MORTIZ, 2018, p. 14).

Outro fator relevante do governo Rousseff foi é a Emenda Constitucional nº 72, conhecida como *PEC das Domésticas* (BRASIL, 2015). Essa emenda passou a regularizar os direitos das trabalhadoras domésticas (ROBERTS, 2018, p. 38). Segundo levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil é um dos países com maior quantidade de empregadas domésticas, cujo perfil dominante para esse trabalho é de mulheres negras, sem escolaridade e de classe média baixa (SANTOS, 2015, p. 4). A partir dessa emenda, tornou-se obrigatória a regularização do trabalho das domésticas. Antes, o que predominava era o trabalho informal dessas mulheres.

No Chile, Michelle Bachelet, médica, tornou-se a primeira mulher presidente. Bachelet foi exilada para a Alemanha, em 1975, após o golpe militar que seu país sofreu em 1973. Regressou ao Chile, em 1979. Foi assessora do Ministério da Saúde e do Ministério da Defesa. Em 2000, foi nomeada ministra da Saúde e, em 2002, ministra da Defesa, sendo assim, a primeira mulher da América Latina a liderar a pasta do Ministério da Defesa (QUEIROGA, 2008, p. 8). Em 2004, concorreu à presidência da República e foi eleita com 53,5% dos votos (QUEIROGA, 2008, p. 8). Ao fim do seu primeiro mandato, tornou-se gerente executiva da ONU-Mulher e, em 2013, elegeu-se para seu segundo mandato como presidente. Durante seus dois mandatos (2006-2010/2014-2018), Michelle prezou pela agenda de gênero. Na nomeação de seu Ministério, indicou nove mulheres. Em seu governo, foram criadas políticas, que trouxeram benefícios para tanto na saúde quanto no bem-estar social das mulheres (MORTIZ, 2018, p. 6). Em seu programa de governo, estavam inclusos os grupos minoritários. Dentre eles, as mulheres tinham um papel de destaque, com uma política de um governo paritário, além de implementar a lei de cotas para aumentar a atuação da mulher na política chilena (FUKUSHIMA, 2018, p. 29). Pode-se destacar também que, em seu governo, foram abordados assuntos, tidos como polêmicos na sociedade, como a legalização do aborto¹⁶.

¹⁵ Termo utilizado para o fenômeno que consiste nos assassinatos de mulheres por questões de gênero (SOUZA, 2018, p. 535).

¹⁶ Essa proposta visava descriminalizar o aborto em casos de estupro, de risco de vida para a mulher e de inviabilidade fetal. Medida foi aprovada pelo Senado Chileno pela Ley 21.03 (CHILE, 2017).



Na Costa Rica, Laura Chinchila se tornou presidente em 2010. Iniciou sua carreira política ainda jovem, ao estudar e se formar em Ciência Política. Foi vice-ministra de Segurança Pública e, posteriormente, ministra dessa pasta. Também ocupou o cargo de ministra da Justiça, foi deputada (2002-2006) e vice-presidente do governo de Óscar Arias Sánchez (2006-2008) (ESTRADA, 2011, p. 92). Em 2010, Laura foi eleita presidente pelo Partido de Libertação Nacional. Ao longo do seu governo, promoveu políticas para conseguir equidade no cenário político da mulher, com a aprovação de cotas para aumento da participação da mulher nos partidos. Em entrevista, Laura sintetizou as conquistas da sua gestão: “meu governo foi o primeiro que teve um ministério paritário, foram 47% de mulheres e 53% homens, isso ajudou a termos uma assembleia pela primeira vez com 50% de mulheres e um gabinete com mais mulheres do que homens” (GOUSSINSKY, 2018).

No Equador, Rosalia Arteaga Serrano foi a primeira mulher presidente, assumindo o cargo interinamente, com duração de apenas dois dias. Formada em Direito, Rosalia começou sua carreira política como vereadora da sua cidade natal, Cuenca, entre 1986 e 1988. Durante sua trajetória política, ocupou cargos importantes como ministra de Cultura, Esporte e Educação. Em 1997, tornou-se vice-presidente do governo de Abdalá Bucaram, pelo partido Frente Radical Alfarista, porém devido às denúncias de corrupção, seu governo durou apenas seis meses (DUINGNAN, 2008). Assim, enquanto vice, Rosalia Arteaga iniciou o processo para assumir o cargo de presidente. Porém, a constituição equatoriana não era clara para esse caso, então, três dias após assumir o cargo, com o apoio do exército, o líder do congresso assumiu o cargo e Rosalia voltou ao seu posto de vice-presidente. Na eleição seguinte, candidatou-se para presidência da República, entretanto obteve pouco menos de 3% dos votos. Devido ao pouco tempo de seu governo, não conseguiu desenvolver políticas públicas em prol da mulher.

Na Guiana, Janet Rosenberg Jagan foi a primeira presidente. Nascida em Chicago, nos EUA, tem origem judaica e, ainda na juventude, conheceu Cheddi Jagan, com quem se casou e mudou-se para terra natal dele, Guiana. Janet começou a atuar na política junto ao marido, fundaram o Partido Progressista do Povo em 1950. Nessa época, a Guiana ainda era uma colônia britânica. Em 1957, Janet foi ministra do Trabalho, da Saúde e da Habitação e, posteriormente, ministra de Assuntos Internos. Em 1966, a Guiana, tornou-se independente. Contudo, só em 1992, ocorreu a primeira eleição direta do país, em que Janet foi candidata (INDEPENDENT, 2019). Durante sua campanha, foi fortemente criticada por sua etnia e idade. Apesar das críticas, foi eleita. Em sua trajetória política, Janet preocupou-se com questões amplas. No seu mandato, tentou explorar as condições sociais de saúde, moradia e educação, elementos que têm efeitos negativos desproporcionais sobre as mulheres (BISSESSAR, 2014, p. 29-30). Ela conseguiu um papel de destaque na política internacional, pois foi a primeira mulher eleita democraticamente na América do Sul.

No Haiti, Ertha Pascal-Trouillot assumiu o cargo de presidente interina, durante onze meses até o processo de redemocratização do país. Aos 21 anos, formou-se em Direito e foi a primeira mulher a exercer a profissão de advogada no Haiti. Passou a exercer inúmeros cargos nos tribunais haitianos, até conseguir se tornar a primeira mulher ministra da Justiça (WATSON; JENCIK; SELZER, 2005, p. 61-62.). Após a revolta que derrubou o governo ditatorial de Prosper Avril, a então ministra, passou a exercer o cargo de presidente entre 1990 e 1991, quando fiscalizou as eleições e Jean-Bertrand Aristide foi eleito (PEREIRA, 2007). Permaneceu no cargo entre 1990 e 1991 até sofrer um golpe (WATSON; JENCIK; SELZER, 2005, p. 63). Seu governo foi voltado para o processo de redemocratização, também lutou sem sucesso, por reformas ligadas aos direitos humanos (WATSON; JENCIK;



SELZER, 2005, p. 71). Ertha teve um grande papel no cenário da América Latina, apesar de todas as dificuldades encontradas pelas mulheres para alcançar um papel de destaque na sociedade, ela foi a primeira a alcançar cargos importantes em seu país, sendo mulher, negra, advogada, ministra da justiça e presidente, deixando assim, seu nome na história de seu país.

Na Nicarágua, a mulher que ocupou a presidência foi Violeta Chamorro. Em sua juventude, foi para os EUA estudar, frequentou o curso de secretariado, que não finalizou. Em 1990, com o apoio da *Unión Nacional de Oposición*, disputou a eleição com Daniel Ortega Saavedra. Foi eleita com 54,7% dos votos. Conservadora, devido a sua criação, em seu governo, políticas de gênero foram poucas incorporadas. Assim, o movimento feminista durante sua gestão não foi instrumentalizado, mostrando a mulher, de forma mais tradicional, como mãe e esposa (MANTERO, 2010, p. 167). Seu governo foi voltado para trazer à Nicarágua uma reestruturação democrática, após todos os anos de ditadura (1936-1979). Apesar de não trabalhar em prol de políticas para as mulheres, em suas políticas econômicas, as mulheres foram beneficiadas pelo aumento assim da taxa de emprego, que passou de 26,7% em 1977 para 36% em 1995. Entretanto não houve um aumento de renda feminina, durante seu governo (METOYE, 2000, p. 5). Nessa perspectiva, Violeta Chamorro não representou um grande impacto na agenda feminista.

No Panamá, Mireya Moscoso chegou à presidência da República em 1999. Após a morte do seu esposo, o ex-presidente Arnulfo Arias, passou a se dedicar à política, assumindo o Partido Arnulfista. Durante a sua gestão presidencial, houve a transferência de volta do canal do Panamá dos EUA para o Panamá (CERVANTES, 1999, p. 81). Eleita com 45% dos votos, representa a única mulher presidente do país (LADB, 1999, p. 1). Durante a pesquisa não foram encontradas informações sobre o desenvolvimento de política de gênero em seu governo.

3. PERFIL DAS PRESIDENTES LATINO-AMERICANAS

A partir desse panorama sobre a participação política das mulheres na política internacional e regional, realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, buscando identificar, em doze mulheres presidentes latino-americanas, elementos importantes para a construção de um perfil, a saber: país; tempo de mandato; idade; etnia; partido político; grau de escolaridade; além da verificação de conclusão do mandato, realização de política de gênero e ocupação de cargos eletivos anteriormente.

Ao total, foram doze mulheres na presidência, ocupando quinze gestões, diante de reeleições. De modo sistematizado, no Quadro 1, é possível perceber que Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua e Panamá foram os países que tiveram mulheres presidentes. No tocante à representação, Chile, com Michelle Bachelet, Brasil, com Dilma Rousseff, e a Argentina, com Cristina Kirchner, foram as ocorrências de reeleição. Indicam o relativo sucesso da gestão, uma vez que foram simbolicamente premiadas pelos eleitores para continuar no cargo. Apesar disso, há de se notar que Dilma não conseguiu concluir o seu segundo mandato, em função de um processo de *impeachment*. Já Argentina e Bolívia tiveram duas mulheres diferentes à frente da presidência, ganhando destaque.

Na análise, foram catalogados os partidos de cada presidente. A descrição será útil para pesquisas futuras, que poderão analisar a orientação política e ideológica de cada uma delas, ampliando a análise desse perfil político.



Com relação ao tempo de duração do mandato, apenas Jeanine Áñez não foi contabilizada, uma vez que sua gestão ainda está em curso. Nota-se que, das onze mulheres analisadas, a média de permanência foi de 3,72 anos, devido ao fato que nem todas conseguiram concluir o mandato, tendo uma média de 63,63% que permaneceram até o fim. No tocante à promoção de políticas de gênero, apenas Jeanine Áñez não foi analisada, em função de sua gestão ainda estar em curso. Nota-se que políticas de gênero foram inserido na agenda política de metade das gestões presidenciais. A média de idade das mulheres, quando assumiram o cargo, é de 57 anos de idade, sendo a maioria branca e escolarizada.

Quadro 1. Variáveis das presidentes na América Latina

Presidente	País	Mandato	Idade (anos)	Etnia	Partido Político	Grau de Escolaridade	Mandato conclusivo	Política de Gênero	Cargos Eletivos
Isabel Perón	Argentina	1974-1976	43	Branca	Partido Justicialista	Ensino Básico	Não	Não	Não
Cristina Kirchner	Argentina	2008-2011	54	Branca	Partido Justicialista	Ensino superior completo	Sim	Sim	Sim
Cristina Kirchner	Argentina	2012-2015	58	Branca	Partido Justicialista	Ensino superior completo	Sim	Sim	Sim
Lidia Gueiler Tejada	Bolívia	1979-1980	58	Branca	Movimento Nacionalista Revolucionário	Ensino superior completo	Não	Não	Sim
Jeanine Áñez	Bolívia	2019-	52	-	Movimento Democrático Social	Ensino superior completo	-	-	Sim
Dilma Vana Rousseff	Brasil	2011-2014	64	Branca	Partido dos Trabalhadores	Ensino superior completo	Sim	Sim	Não
Dilma Vana Rousseff	Brasil	2015-2016	68	Branca	Partido dos Trabalhadores	Ensino superior completo	Não	Sim	Sim
Michelle Bachelet	Chile	2006-2010	55	Branca	Partido Socialista	Ensino superior completo	Sim	Sim	Não
Michelle Bachelet	Chile	2014-2018	63	Branca	Partido Socialista	Ensino superior completo	Sim	Sim	Sim
Laura Chinchila	Costa Rica	2010-2014	51	Branca	Partido da Libertação Nacional	Ensino superior completo	Sim	Sim	Sim
Rosalía Arteaga	Equador	1997	52	Branca	Frente Radical Alfarista	Ensino superior completo	Não	Não	Sim
Janet Rosenberg Jagan	Guiana	1997-1999	77	Branca	Partido Progressista do Povo	Ensino superior incompleto	Não	Não	Não
Ertha Pascal-Trouillo	Haiti	1990-1991	47	Negra	Sem partido político	Ensino superior completo	Sim	Não	Não



Violeta Chamorr	Nicarágua	1990-1997	61	Branca	União Nacional Opositora	Ensino superior incompleto	Sim	Não	Não
Mireya Moscoso	Panamá	1999-2004	52	Branca	Partido Arnulfista	Ensino superior completo	Sim	Não	Não

Fonte: Elaborada pela autora, com base em: (BISSESSAR, 2014), (CERVANTES, 1999), (CRESPO, 1999), (DUIGAN, 2008), (MORTIZ, 2018), (METOYER, 2000), (MANTERO, 2010) (PEREIRA, 2007), (ROCHA, 2011), (WATSON; JENCIK; SELZER, 2005).

Conforme o Quadro 1, levando em consideração essas ocorrências de reeleição, quando assumiram o cargo, a idade média das mulheres eleitas é de 57 anos e com a etnia predominantemente branca. Além disso, ainda levando em consideração a ocorrência de reeleição, pode-se inferir, quanto o grau de escolaridade, que 80% das mulheres eleitas concluíram o ensino superior. Também se verificou a atividade política pregressa, por meio da ocupação de cargos eletivos anteriores à presidência. Um pouco mais da metade, já havia ocupado cargos eletivos anteriormente, o que demonstra uma certa importância dada à trajetória política pregressa.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que, no contexto regional, ainda há uma enorme disparidade de gênero. As doze mulheres que alçaram posições de poder para participar ativamente da política internacional, como presidentes, possuem um perfil relativamente padronizado, de mulheres brancas e escolarizadas, o que, em grande medida, ainda está distante da representação social das mulheres da região. Ademais, a mera ocupação de cargos políticos não implica na adoção de uma agenda de gênero, o que torna o cenário ainda mais preocupante. As mulheres ocupam um espaço político pequeno, se comparado aos homens, o que demonstra que a política internacional ainda está em processo de enfrentamento, com relação às assimetrias de gênero e de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens feministas teóricas e políticas ajudaram a compreender o caminho percorrido pelas mulheres na política doméstica e internacional. No tocante às contribuições teóricas feministas, os estudos sobre a participação política das mulheres surgiram tardiamente, tanto em decorrência do cenário político como da escassez de pesquisadoras mulheres. Já na seara política, a redemocratização na América Latina, ampliou os mecanismos de participação político-partidária, através do sistema de cotas, que auxiliou na ampliação do espaço político partidário da mulher.

Diante desse contexto de transformação teórica e política, mapeou-se qual o perfil de representação política das doze mulheres que se tornaram presidentes na América Latina. É importante destacar que, em alguns casos, os seus respectivos maridos também foram presidentes da República, o que, de certa forma, influenciou no caminho para a presidência. Enquadram-se nessa condição Isabel Peron, Cristina Kirchner e Janet Jagan, Mireya Moscoso. No que tange às políticas de gênero, apesar de as doze presidentes serem mulheres, poucas tiveram, em sua agenda, políticas públicas em prol das mulheres, Cristina Kirchner, Dilma Rousseff, Michelle Bachelet, Laura Chinchila foram as que mais obtiveram destaques, com políticas que favoreceram as mulheres, diante do cenário desigualdade que ainda hoje existe. Assim, é possível inferir que houve baixa implementação de políticas de gênero. Os principais achados dizem respeito à etnia e à escolaridade, uma vez que o perfil é prioritariamente conformado por mulheres brancas com ensino superior completo.



Dito isto, o artigo buscou demonstrar, de forma exploratória, o perfil de presidentes mulheres da América Latina, de modo a contribuir para as pesquisas acadêmicas sobre a representação política da mulher no cenário político, prioritariamente masculinizado.

REFERÊNCIAS

- ARGENTINA. Ley N° 26.485, de 11 de março de 2009. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/ley_de_proteccion_integral_de_mujeres_argentina.pdf> Acesso em: 04. nov. 2019.
- ARZE, Eduardo Cuadros. **Bolivia, El Programa del MNR y la Revolución Nacional**: del Movimiento de Reforma Universitaria al Ocaso del Modelo Neoliberal (1928- 2002). La Paz, Bolivia: Plural Editores, 2002.
- ASSMANN, Selvino José. **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**, revista internacional interdisciplinar interthesis, v.4, n.1, Florianópolis, 2007.
- ASSIS, Carolina Silva de. **Mídia, Política e Gênero - Dilma Rousseff e as Mulheres Políticas no Noticiário**. Monografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- BBC. Jeanine Áñez anuncia que postulará a la presidencia de Bolivia en las elecciones de mayo. 25 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-51249358>>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- BISSESSAR, Ann Marie. Challenges to Women's Leadership in Ex-Colonial Societies. **International Journal of Gender and Women's Studies**, v. 2, nº. 3, p. 13-3, 2014.
- BOLIVIA. Comunicado: Tribunal Plurinacional de Bolivia. 12 nov. 2019. Disponível em: <<https://tcpbolivia.bo/tcp/?q=content/comunicado-1>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 06 nov. 2019.
- BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- CABANILLAS, Beatriz Llanos. **A modo de introducción: caminos recorridos por la paridad en el mundo**. In: La apuesta por la paridad: democratizando el sistema político en América Latina. Los casos de Ecuador, Bolivia y Costa Rica. Perú: IDEA Internacional/ CIM Comisión Interamericana de Mujeres. p. 17-46, 2013.
- CAMINOTTI, Mariana y FREIDENBERG, Flavia. Federalismo electoral, fortaleza de las cuotas de género y representación política de las mujeres en los ámbitos subnacionales en Argentina y México. **Rev. mex. cienc. polít. soc**, México, v. 61, nº 228: p. 121-144, 2016.
- CEPAL, Comissão para Assuntos Econômicos da América Latina e Caribe. **Relatório Anual: Os bônus na mira – Aporte e carga para as mulheres**. Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe. Organização das Nações Unidas, 2013. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35446/1/S2013192_pt.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.
- CERVANTES, Celia. **Mireya Moscoso primera presidenta de Panamá**. Revista de investigación y divulgación sobre los estudios de género, México, 1999.
- CHILE, Ley 21.030 de 23 septiembre de 2019. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1108237&buscar=21.030>>. Acesso em: 30 out.2019.
- CLARIN. Cristina Kirchner celebró la victoria y le pidió a Macri que tome medidas ante “la situación dramática que viven las finanzas del país Argentina, 27.out.2019. Disponível em:



<https://www.clarin.com/politica/cristina-kirchner-celebro-victoria-pidio-macri-tome-medidas-situacion-dramatica-viven-finanzas-pais_0_Ulbz8XKq.html>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CLINTON, Hillary Diane Rodham. **Discurso na United Nations Forth World conference on Women Beijing, 4-15 September 1995**. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=xXM4E23Efvk>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

CRESPO, Afonso. **Lydia una mujer en la história**. Centro de la información para Desarrollo, La Paz, Bolivia, 1999.

D'ALKMIN, Sônia Maria. A conquista do voto feminino no Brasil. **ETIC**, nº2, vol. 2, 2006.

DILMA, Vana Rousseff. **Discurso na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas**, Nova Iorque-EUA, 21 de setembro de 2011.

DUINGNAN, Brian. **Rosalía Arteaga President of Ecuador**, Inglaterra, 2008. Disponível em:

<<https://www.britannica.com/biography/Rosalia-Arteaga>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2000.

ESTRADA, María Flórez. **La Campaña de Laura Chinchilla y las mujeres**

¿Oportunismo o Compromiso Con un Nuevo Pacto Sexual? Rev. Ciencias Sociales Universidad de Costa Rica, v.130, p 85-99, 2010.

EUA. Press Statement. Congratulations to Bolivian Senator Anez for Assuming the Role of Interim President. 13 nov. 2019. Disponível em: < <https://www.state.gov/congratulations-to-bolivian-senator-anez-for-assuming-the-role-of-interim-president/>>. Acesso em 15 fev. 2020.

FUKUSHIMA, Kátia Alves. Correlação de forças e recursos políticos no primeiro governo de Bachelet (2006-2010) e os impasses às possíveis inovações democráticas no Chile. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-36, jan-abr. 2018.

HALLIDAY, Fred. **Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power**. London: Macmillan, 1999.

INDEPENDENT, Janet Jagan, Chicago Marxist who became president of Guyana, Londres, 01.abr.2019. Disponível em:

<<https://www.independent.co.uk/news/lifeinfocus/janet-jagan-obituary-marxist-jewish-chicago-president-guyana-david-granger-a8855686.html>> acesso em 9.nov.2019

IPU. Inter-Parliamentary Union. **About Us**. S.A Disponível em:<<https://www.ipu.org/about-us>> Acesso em: 05 out. 2019.

IPU. **Women in parliament in 2016: The year in review**. S.A Disponível em:

<<https://www.ipu.org/resources/publications/reports/2017-03/women-in-parliament-in-2016-year-in-review>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

LADB Staff. **Mireya Moscoso Wins Presidential Election in Panama**. University of New Mexico UNM Digital Repository, 1999.

LEITE, Isabel Cristina. **Radicalização Política Frente ao Regime Militar em Belo Horizonte – Grupo Colina (1967-1969)**. Revista História hoje, vol.3 nº8, 2005.

MANTERO, José María- **La mujer en la post-revolución: Sueños del corazón de Violeta Chamorro y el discurso hegemónico en Nicaragua** Letras Hispanas, Revista de literatura, 2010.



MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café Com Sociologia**. v. 04, n.1, jan-abr. 2015.

MELO, Nivalda Batista de; SOARES, Themis Ariadne Freire Starling; REIS, Ubiratan Campelo. **A (des)proporcionalidade da representação política na Câmara dos Deputados à luz da Constituição Federal de 1988**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2008.

METOYER, Cynthia Chavez; **Women and the State in Post-Sandinista Nicaragua** Lynne, Rienner publishers, inc.1800, 30th street, Boulder, Colorado, 2000.

MORTIZ, Maria Lúcia R.de Freitas. **Agenda Política de Gênero dos Governos Dilma, Kirchner e Bachelet (2011-2017)**. XI Encontro da ABCP, Curitiba, UFPR, 31/07 – 03/08, 2018.

MRE (Ministério das Relações Exteriores do Brasil). Nota 2: Convocação de eleições na Bolívia. 5 jan. 2020. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21186-convocacao-de-eleicoes-na-bolivia-2>>. Acesso em 15 fev. 2020.

ONU-MULHER. Conferências Mundiais da Mulher, s.a. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>. Acesso em: 02. nov. 2019.

PAXTON, Pámela; HUGHES, Melanie & GREEN, Jennifer. The International Women's Movement and Women's Political Representation, 1893-2003. In: **American Sociological Review**, v. 71, nº. 6, 2006.

PEREIRA, Bérengère Marques. **Les femmes et le pouvoir**. Disponível em: <<https://www.histoire-politique.fr/index.php?numero=01&rub=dossier&item=8>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

PEREIRA, Demetrius Cesario; ROCHA; Debates teóricos em relações internacionais: origem, evolução e perspectiva do “embate” neo-neo, **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.3. n.6, jul./dez., 2014.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 4, jul./dez., 2013.

QUEIROGA, Mauricio Morales. La primera mujer presidenta de Chile: ¿Qué explicó el triunfo de Michelle Bachelet en las elecciones de 2005–2006? **Latin American Research Review**, v. 43, nº. 1. 2008.

R7. 1ª presidente da Costa Rica: "O feminismo tem de ser democrático", 24.mai,2018, Brasil, disponível em: <<https://noticias.r7.com/prisma/nosso-mundo/1-presidente-da-costa-rica-o-feminismo-tem-de-ser-democratico-24052018>>. Acesso em: 30 out. 2019.

RABAY, Gloria. Freire; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. **Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano**. In: Democracia, Direitos Humanos e Gênero. Org & Demo, Marília, v.12, n.1, p. 81-94, jan./jun., 2011.

ROBERTS, Madeleine Octavia R. **De “um pé na cozinha” a “um pé na porta”: a PEC das Domésticas no Brasil, suas oportunidades e seus desafios**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 10, n. 20 | julho/dezembro 2018, p. 31-59.

ROCHA, Marina María de Lira. **Uma onda de lama e sangue ameaça cobrir a República. Os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho 1975 – março 1976)**, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Rosana de Jesus dos. **A construção das desigualdades: Gênero, classe e raça/etnia nas representações sobre as trabalhadoras domésticas em discursos produzidos No Período Da Votação Da**



PEC 72/2013. Simpósio Internacional de educação sexual: Feminismo, identidade de gênero e políticas públicas, 22 a 24 e abril, UEM, 2015.

SCHWETHER, Natália Diniz; PAGLIARI, Graciela de Conti. **Políticas de gênero para a Defesa: os casos de Argentina e Brasil.** Rev. Sociol. Polít., v. 26, n. 65, p. 1-14, mar. 2018.

SILVA, Beatriz Bandeira de Mello Souza e; RAMOS, Nayra Thamires Alves. **Feminismo e Políticas públicas, entre o discurso e a prática: análise comparada Chile e Argentina (2006-2011).** 10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política, Belo horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro, 2016

SILVA, Edilson dos Santos; SANTOS, Josete Florencio dos; NAKAMURA, Wilson Toshio. **A heterogeneidade da estrutura de capital das empresas dos países desenvolvidos – G7: Uma Análise Quantílica.** Gestão & Regionalidade – v.34 - Nº100 - jan-abr/2018.

SOUZA, Suzanny Mara Jobim de; **O feminicídio e a legislação brasileira.** R. Katál. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 534-543, set./dez., 2018.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security.** New York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: issues and approaches in the post- Cold War era.** Columbia University Press, New York, Chichester, West Sussex, 2001.

TRUE, J. Engendering International Relations: What Difference Does Second Generation Feminism Make? **Department of International Relations Working Paper.** Canberra, Australian National University, 2002.

WATSON; Robert P.; JENCIK, Alicia; SELZER, Judith A. **Women World Leaders: Comparative Analysis and Gender Experiences.** Journal of International Women's Studies Vol. 7 #2 November 2005.

WHITWORTH, Sandra. **Feminism and International Relations: towards a politic economy of gender in interstate and non-governmental institution.** St. Martin's Press, Inc., 175 Fifth Avenue, New York, 1994.